

**CICLO DE ESTUDOS E O PROCESSO DE ALINHAMENTO  
CURRICULAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA 3ª  
URE<sup>i</sup>/ABAETETUBA-PA**

**Alice Raquel Maia Negrão**

Pedagoga. Especialista em Coordenação e Organização do Trabalho Pedagógico e em Ciências e Matemática/UFGA. Mestranda no Curso de Pós Graduação em Gestão e Currículo da Educação Básica-PPEB/NEB/UFGA.  
E-mail: aliceraquelmaia@yahoo.com.br

**Maria do Socorro Vasconcelos Pereira**

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Linha de Políticas Públicas Educacionais da Universidade Federal do Pará.  
E-mail: ms-per@bol.com.br

**Dinair Leal da Hora**

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1996). Pós-doutora em Administração Escolar e Economia da Educação pela USP e em Sociologia das Organizações Educacionais pela UMINHO Professora da UFGA/Campus Abaetetuba. E-mail: [tucupi@uol.com.br](mailto:tucupi@uol.com.br)

## **INTRODUÇÃO**

Este relato objetiva apresentar os resultados de um projeto de ciclo de estudos sobre currículo e legislação da educação básica, a partir da perspectiva do saber crítico<sup>ii</sup>, documentos de referência relacionados a Base Nacional Curricular Comum - BNCC e avaliações de larga escala, cuja culminância se deu pelo alinhamento de conteúdos tendo como sujeitos diretores, coordenadores pedagógicos e professores, os quais formaram Comissões Docentes de quatro municípios do Estado do Pará mediados por uma Comissão Permanente de Educação, coordenada pela Terceira Unidade Regional de Educação - 3ª URE vinculada à Secretaria de Estado de Educação-SEDUC no período de 2016 a 2017.

A atividade se ancorou em pressupostos da abordagem qualitativa com tipo de pesquisa documental (legislação educacional) e de campo (observação

participante e registros fotográficos), pesquisa bibliográfica (referências teóricas) e análise de conteúdo (a respeito dos relatórios de campo) em articulação com o objetivo proposto.

## **DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS**

Atualmente, as mudanças e as redefinições na estrutura e formato da BNCC, mas principalmente da avaliação, bem como algumas pesquisas sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, avaliações em larga e formação de professores, vêm trazendo além da trajetória legal, várias questões que apontam as limitações e os desafios em relação à organização e coordenação do trabalho pedagógico e a prática pedagógica docentes.

Nesse contexto, o estudo, a formação e a busca por conhecimento é uma constante, conforme ressalta Francisco Soares, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP em reflexão ao pensamento que Nóvoa (2013) ao ressaltar que o ato de aprender é tudo que nos une e que nos liberta, assim como enfatiza que: “o que nos une é a *cultura*, mas é o *conhecimento* é o que nos liberta”. Tal ênfase é ancora para este trabalho.

O projeto de ciclo de estudos parte deste pressuposto da contínua formação sobre a legislação da educação básica e documentos de referência relacionados a BNCC e avaliações em larga escala, porém, vai além dessas definições. Surgiu em 2016 enquanto necessidade de aprofundamento de estudos mais amplos sobre a legislação da educação básica com perspectiva de análise mais aprofundada sobre a qualidade do ensino, considerando que após o baixo resultado que o Estado do Pará apresentou no IDEB 2015 a SEDUC reagiu, munida de assessoria<sup>iii</sup> com um novo plano Estratégico<sup>iv</sup> em relação a correção do fluxo e superação dos resultados de desempenho do escolar nas avaliações externas de Língua Portuguesa e Matemática, com assessoria de empresa multinacional que redirecionou as estratégias tendo com base a Gestão de Resultados.

De acordo com Frigotto (2005) a escola básica concebida como a instituição que deveria garantir, como direito social e subjetivo, o acesso universal, público, gratuito e laico ao conhecimento e ao patrimônio cultural da

sociedade com a garantia da participação ativa na vida política e social e a inserção qualificada no processo produtivo que permitisse a autonomia na construção de seu futuro, no entanto, segundo o autor, garantiu apenas parcialmente esse ideário, uma vez que se afirmou com uma estrutura dual de escolarização, reservando à classe trabalhadora uma formação instrumental e de cunho adestrador.

Com o objetivo da busca pelo saber crítico e em desvio à perspectiva restrita do olhar da qualidade apenas visando o ranking dos resultados para o IDEB o projeto configurou-se como um desvio da condução neoliberal preconizada pelas referências que dão corpo ao planejamento de gestão e formação de professores na gestão atual do Estado do Pará. Com ajustes às exigências estabelecidas plano de ação da 3ª URE tornou possível, em colaboração com a Comissão Permanente de Educação composta por instituições como UFPA/ Belém, Grupo de Pesquisa Gepeseed<sup>VI</sup>/ UFPA/Campus Abaetetuba, IFPA-Campus Abaetetuba, UEPA/Moju, Fórum Municipal de Educação, Conselhos Municipais da educação, envolvendo diretores, vice diretores, profissionais dos espaços pedagógicos e de Atendimento Educacional Especializado - AEE e, posteriormente, professores das disciplinas componentes das áreas de Linguagem, Códigos e suas Tecnologias (Língua Portuguesa, Artes, Educação Física, Inglês e Espanhol), Matemática e suas Tecnologias (Matemática), Ciências Humanas e suas Tecnologias (Geografia, História, Estudos Amazônicos, Sociologia, Filosofia e Ensino Religioso) e Ciências da Natureza e suas Tecnologias (CFB, Biologia, Química e Física). Sendo que os professores foram organizados em comissões docentes afim de organizar e coordenar o processo de elaboração do alinhamento de conteúdos a serem desenvolvidos no final da primeira etapa do ciclo.

O projeto do ciclo se efetivou em escolas Polos de formação de quatro municípios do Estado do Pará: Abaetetuba, Tailândia, Moju e Igarapé Miri que são integrantes da 3ª URE, culminando com a reunião dos professores por área de conhecimento, os quais, coletivamente, elaboraram e aprovaram uma matriz de alinhamento de conteúdos para cada área de conhecimento (Linguagem, matemática, Humanas e Ciências da Natureza) por município para ser utilizado nas unidades na rede estadual de ensino.

Destaca-se como êxito dos resultados a formação e contribuição da comissão permanente de educação de forma colaborativa, a autonomia da atuação das comissões de docentes na definição das estratégias de formação por área de conhecimento para o desenvolvimento dos estudos, na elaboração da matriz de alinhamento de conteúdos por município, de acordo com as realidades vivenciadas nas instituições de ensino, pensada e elaborada pelos professores, contendo diretrizes para cada área, em que algumas já receberam registro editorial e outras ainda estão em fase de conclusão dessa formalização.

A análise sobre a experiência aponta para a extensão para além do objeto pretendido, mas da evidencia de resultados/necessidades articulados à organização e coordenação da necessidade de formação continuada em colaboração ao trabalho pedagógico docente, as práticas de ensino articuladas com avaliação, com proposição de encaminhamentos específicos, mudanças metodológicas da formulação e execução do currículo e avaliação em sala de aula e em cada território.

Consideramos ser necessária a continuidade dos Ciclos de Estudos em Currículo, Legislação extensiva a outros campos como o da avaliação e, também, como forma de resistência, pois como defende FREITAS, 2016, no estudo sobre a organização do trabalho pedagógico da escola do modo de produção capitalista a avaliação se evidencia como uma categoria constitutiva dessa organização que dá forma as demais, direcionando objetivos, métodos, conteúdos. Assim sendo, a forma de não aceitar e reagir as determinações exógenas é também uma forma de lutar contra uma escola que segrega o acesso ao conhecimento.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Histórico do SAEB. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/historico>> Acesso em: 20 set. 2017.

\_\_\_\_\_. MEC-Ministério da Educação e Cultura. IDEB: como melhorar os índices. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 18 jun. 2008.

\_\_\_\_\_. LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996. Disponível em <http://www.senado.gov.br/legislacao>. Acesso em 17/07/2017.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória Nº 746/2016; Lei 13.415/2017. Reforma do Ensino Médio.

FERNANDES, R. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, 2007.

FONTANIVE, N. S.; KLEIN, R. Uma visão sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Brasil (SAEB). Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação: revista da Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, v. 8, n. 29, p. 409-442, out./dez. 2000.

FRIGOTTO, G. Escola pública brasileira na atualidade: lições da história. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. A escola pública no Brasil: história e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2005.

FREITAS, Luiz Carlos de. Entrevista “A organização do trabalho pedagógico no contexto atual do ensino público brasileiro”. In: Crítica Educativa (Sorocaba/SP), vol. 2, n. 1, p. 202-226, jan./jun. 2016.

GATTI, B.A. Avaliação educacional no Brasil: pontuando uma história de ações. Eccos Revista Científica, São Paulo, v.4, n.1, p 17-41, junho.2002. Disponível em:

[http://www.uninove.br/PDFs/Publicações/eccos\\_v4n1\\_bernadetegatti.pdf](http://www.uninove.br/PDFs/Publicações/eccos_v4n1_bernadetegatti.pdf). Acesso em 20 set.de 2017.

PARÁ, SEDUC-Secretaria Estadual de Educação. 3ª Unidade Regional de Educação -3ªURE. NEGRÃO, A.R.M., VASCONCELOS, J.E. e CARDOSO, A.G. *et al.* (Orgs.) Matriz de Alinhamento Curricular Unificada Abaetetuba. Ensino Regular de Ensino – Versão Preliminar. Abaetetuba. UFPA: Campus Abaetetuba, 2017.

NÓVOA, Antonio. Vidas de Professores. Portugal: Porto Editora, 2013.

PAZ, F.M.da. O IDEB e a qualidade da educação no ensino fundamental: fundamentos, problemas e primeiras análises comparativas. Tese de Dissertação. - Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp – Campus de Marília – SP. Acesso em 20 set.de 2017.

RICCI, R. G. M. S.ONG educacional Cultiva e estudioso do tema. Tupã, 17 de outubro de 1962).

**Palavras-chave:** Políticas, Gestão da educação, Ciclo de Estudos, Alinhamento Curricular.

**Notas:**

---

<sup>i</sup> A 3ª URE é a Terceira Unidade Regional de Educação com sede no município de Abaetetuba, faz parte de uma subdivisão adotada pela Secretaria de Estado de Educação do Pará – SEDUC/PA, responsável por coordenar os trabalhos de orientação de gestão pedagógica e administrativo das escolas da rede estadual dos municípios de Acará, Tailândia, Igarapé Miri, Moju, Barcarena, Abaetetuba, ao todo (39) escolas, além da Unidade Técnica de Educação Especial-UTEE, Clube de Ciências, Núcleo Tecnológico Educacional - NTE, Educação de Jovens e Adultos - EJA, Centro de Educação de Jovens e Adultos-CEEJA e Sistema Modular de Ensino-SOME.

<sup>ii</sup> Saber crítico para Groppo (2016, p. 384) “é o saber que não se deixa levar simplesmente pelas verdades socialmente consolidadas e o saber radical é quando se deseja investigar a fundo, desde suas raízes e estruturas, as ações e interações sociais, mesmo à custa de escavar muito entulho ideológico que jaz na aparência das coisas”.

<sup>iii</sup> FALCONI – grupo de assessoria pedagógica direta a SEDUC. Fonte: <https://www.falconi.com/pt/>.

<sup>iv</sup> PDCA - é um ciclo composto por quatro etapas, focado em resultados: **Planejamento, Identificação de problemas prioritários, Verificação e Acompanhamento**. Constitui a base de trabalho da FALCONI. Os projetos são definidos de acordo com as necessidades específicas de cada cliente com o objetivo de orientar, acompanhar e participar ativamente da implementação do novo sistema de gestão, cujo maior desafio é fazer com que organização aprenda a conduzir sozinha sua nova gestão. Fonte: <https://www.falconi.com/pt/>

<sup>v</sup> . GEPESEED – Grupo de Extensão, Pesquisa Sociedade e Educação do Campo: com ênfase nas políticas públicas municipal e estadual. Tem como objeto de estudo as políticas em educação voltadas para o Ensino Médio na Amazônia Tocantina e Vale do Acará.